

REGISTRO DE REUNIÃO			
Data:	29 de maio 2026		
Reunião:	Câmara Técnica de Saneamento Ambiental - CTSAM		
PARTICIPANTES		INSTITUIÇÃO	
Elielson Teixeira		Prefeitura de Tanguá (membro)	
Marcos Basbaum		ECOMARAPENDI (membro)	
Flávia Lanari Coelho		APALMA (membro)	
Anderson Ferreira de Rezende		SANEMAR (membro)	
Frederico Ayres Pinheiro		Prefeitura de Nova Iguaçu (convidado)	
Amanda Mendes Bulhões		Águas do Rio 1 (membro)	
Josely Cabral		Iguá Saneamentos (membro)	
Caroline Cavalcanti		Iguá Saneamentos (convidado)	
Morvan Nobre		SEAERJ (membro)	
Pedro Andrade		IRM (convidado)	
José Paulo Azevedo		Escola Politécnica / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)	
Osvaldo Moura Rezende		Politécnica/UFRJ (convidado)	
Alvaro Coelho		Colônia Z13	
Renato Gomes da Rocha		AmaVag (convidado)	
Tânia Sousa		AGEVAP	
Tipo:	Videoconferência		
Início:	09h15	Encerramento	10h25
RELATO DA REUNIÃO			
Pauta:			
1. Aprovação da pauta do dia;			
2. Aprovação minuta Registro de Reunião 27/01/2026;			
3. Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Maricá;			
4. Remediação de Vazadouros pelo IRM - Pedro Henrique Andrade (Gestão de Resíduos;			

5. Assuntos gerais.

Iniciada a reunião. Sobre o **ponto de pauta 1 - Aprovação da pauta do dia;** Elielson Teixeira (Prefeitura de Tanguá), indagou os presentes sobre aprovação da pauta, não houve alteração, a pauta foi aprovada por unanimidade. Sobre o **ponto de pauta 2: Aprovação minuta Registro de Reunião 27/01/2026;** após Amanda Bulhões solicitar a correção da instituição da representante Caroline Lopes, alterando de "Iguá Rio" para "Águas do Rio" a minuta foi aprovada. Sobre o **ponto de pauta 3: Revisão do Plano Municipal de Saneamento Básico de Maricá;** Elielson Teixeira ressaltou a relevância de discutir esse projeto no Comitê, embora o município esteja realizando o trabalho fora do escopo de investimento direto do Comitê. Em seguida foi dada a palavra ao Professor Osvaldo Moura Rezende, da COPPE/UFRJ, para apresentar o plano de trabalho e o progresso atual do projeto, que teve início entre setembro e outubro do ano anterior. O Professor Osvaldo Moura Rezende explicou que o plano visa garantir a universalização do acesso ao saneamento básico através de um processo participativo, cobrindo quatro eixos: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e manejo de águas pluviais. O horizonte de planejamento é de 20 anos, dividido em marcos temporais de curto (5 anos), médio (10 anos) e longo prazo (20 anos), abrangendo todo o território de Maricá, que foi subdividido em três áreas de planejamento (AP) baseadas em bacias hidrográficas. A equipe técnica adotou uma adaptação da metodologia SWOT (forças, fraquezas, oportunidades e ameaças), denominada FOFA, para o planejamento territorial. O processo envolve uma análise diagnóstica focada no presente (forças e fraquezas) e uma visão de futuro (oportunidades e ameaças), permitindo a identificação de problemas e o desenho de soluções. A metodologia culmina na organização de programas, projetos e ações, com indicadores de avaliação para garantir o acompanhamento das metas estabelecidas. Foi esclarecido que Maricá já possuía um plano antigo, mas a revisão atual está sendo conduzida como um novo plano devido à obsolescência e à necessidade de atualização do anterior. Um decreto municipal formalizou a criação de um Comitê Executivo e um Comitê de Coordenação para acompanhar o desenvolvimento do projeto, que inclui um cronograma estruturado de audiências públicas e encontros técnicos. O diagnóstico foi construído através de visitas de campo, análise de dados secundários e três audiências públicas (Itaipuaçu, Centro e Ponta Negra). Esse processo permitiu identificar forças, como a estrutura institucional consolidada, e fraquezas, como a dependência de importação de água e a produção insuficiente para atender a demanda atual. Durante a discussão sobre

a disponibilidade hídrica, José Paulo Azevedo questionou se a dessalinização foi considerada como solução para a escassez de água. O Professor Osvaldo Moura Rezende confirmou que a possibilidade de dessalinização será avaliada tecnicamente na fase de prognóstico, concordando com a sugestão de José Paulo Azevedo de que a localização litorânea de Maricá representa uma força estratégica nesse contexto. José Paulo Azevedo questionou a participação do comitê nas reuniões de planejamento, o Professor Osvaldo Moura Rezende explicou que as audiências são públicas, amplamente divulgadas em sites e via contato com lideranças locais, e que o objetivo é garantir a máxima participação popular para enriquecer os resultados do plano. O diagnóstico identificou que mais de 40% do território de Maricá possui alta ou muito alta suscetibilidade a inundações e alagamentos. Foi proposta a implementação de "Áreas de Interesse Hidrológico" como medida estruturante, funcionando como zonas de proteção ambiental específicas para melhorar o escoamento superficial e reduzir riscos. O estudo indicou que Maricá possui uma cobertura próxima da universalização e uma estrutura operacional organizada, incluindo aterro sanitário licenciado. Contudo, foram identificados desafios persistentes, como a existência de pontos viciados de descarte de resíduos que necessitam de intervenção. O projeto realizou estudos demográficos detalhados por bairro, analisando o crescimento populacional e a distribuição territorial. Foram estabelecidos cenários de ocupação (tendencial versus otimista) para projetar as demandas futuras de saneamento e definir objetivos que orientarão as metas do plano. O planejamento está avançando para a criação de programas multifuncionais, como o Programa Integrado de Proteção e Recuperação de Bacias e ações de expansão de esgotamento sanitário. Estes programas serão detalhados em subprogramas, projetos e ações, acompanhados por indicadores de desempenho para permitir ajustes durante a execução. O projeto conta com uma equipe multidisciplinar, incluindo engenheiros civis, ambientais, urbanistas e especialistas em mobilização social coordenados por Fátima Casarim. A gestão do contrato e a parte técnica envolvem diversos docentes e pesquisadores da UFRJ, assegurando a robustez das análises realizadas. O cronograma prevê a entrega final do plano consolidado em meados de agosto, com todas as etapas de participação popular e produtos intermediários em fase de finalização. Elielson Teixeira questionou a cooperação da concessionária Águas do Rio no fornecimento de dados e integração das obras. O Professor Osvaldo Moura Rezende informou que, apesar de uma burocratização inicial, a parceria atual é produtiva, com a concessionária demonstrando compromisso em alinhar o plano às operações em andamento. Marcos Basbaum questionou se empreendimentos de grande porte, como resorts, foram

considerados no planejamento da demanda hídrica. O Professor Osvaldo Moura Rezende garantiu que esses possíveis impactos estão mapeados na fase de prognóstico e serão abordados através de estratégias para mitigar as ameaças ao serviço de saneamento. Flávia Lanari relatou preocupações quanto à veracidade de informações circulantes sobre a extensão da infraestrutura de água até Inoan e Itapeba, apontou que, independentemente dessas notícias, o abastecimento nos distritos de Maricá, tanto os atendidos pelo sistema Imunana-Laranjal quanto pelos mananciais locais, é precário, ocorrendo em menos de três dias por semana na maioria das vezes, o que requer esclarecimentos imediatos sobre a realidade do serviço. relatou dificuldades no abastecimento do município, destacando que as fontes disponíveis (Maricaenses e Imunana) não garantem um serviço contínuo, limitando-se a três dias de fornecimento. Foi questionada a viabilidade técnica de expandir esse abastecimento para bairros populosos, como São José do Imbassaí e Itapeba, citando incertezas sobre o volume tratado e a necessidade de clareza em apresentações futuras, especialmente após falas de candidatos a cargos eletivos sobre o tema. Flávia Lanari apontou problemas contínuos na contratação e execução do macroprograma de esgoto, enfatizando que não há garantias formais por parte da Sanemar de que os projetos básicos e executivos serão efetivamente executados, criticou a qualidade técnica dos projetos elaborados e a ausência de especialistas em engenharia sanitária na AGEVAP e nos Grupos de Trabalho (GTs) para supervisionar essas contratações adequadamente. Flávia solicitou que as questões sobre o abastecimento de água e as garantias contratuais de esgoto sejam pautadas oficialmente na próxima reunião. Elielson Teixeira confirmou que os dois pontos levantados pela Apalma Ambiente — abastecimento de água e garantias dos projetos de esgoto — serão incluídos na pauta da próxima reunião da Câmara Técnica. Anderson Ferreira (Sanemar) sugeriu que, antes da próxima reunião, ocorra uma reunião direta entre o subcomitê, AGEVAP e Sanemar para sanar dúvidas técnicas e definir as parcerias. Anderson Ferreira esclareceu, para registro, que a Sanemar não é uma empresa privada com concessão, mas um braço do poder público municipal (empresa de economia mista) criado para prestar serviços de saneamento básico sob responsabilidade do município, conforme decisão do Conselho Deliberativo. Passando para **o ponto de pauta 4 - Remediação de Vazadouros pelo IRM - Pedro Henrique Andrade (Gestão de Resíduos;** Pedro Hebran, do Instituto Rio Metrópole, apresentou as ações do instituto relativas aos 24 vazadouros da região metropolitana. O instituto, desde agosto de 2023, está conduzindo estudos de diagnóstico, contaminação e remediação, tendo finalizado seis estudos até o momento (Bongaba, Pedro do Rio, Duarte da Silveira, Tanguá, Guapimirim e

Cachoeira de Macacu). Pedro Hebran detalhou a metodologia aplicada pelo Instituto Rio Metrópole, que segue normas técnicas da ABNT e resoluções do CONAMA. O processo envolve identificação histórica, diagnóstico com poços de monitoramento, análise de risco, propostas de intervenção e modelagem econômica (CAPEX e OPEX) para viabilizar financeiramente a remediação, incluindo potenciais usos futuros para as áreas, como fazendas fotovoltaicas. Foi destacada a importância da parceria entre os comitês de bacia, a AGEVAP e o Instituto Rio Metrópole para transformar estudos de remediação em ações concretas, o objetivo compartilhado é superar o histórico de projetos que não saem do papel e garantir a proteção dos aquíferos e bacias hidrográficas. Passando para o **ponto de pauta 5 – Informes gerais**; Elielson Teixeira informou sobre o andamento do programa Sanear BG, que instala biodigestores em áreas rurais isoladas, fora da abrangência da concessão de saneamento, o programa conta com a parceria das secretarias de agricultura municipais para acompanhamento e fiscalização, visando a proteção dos mananciais e a universalização do acesso. Renato Gomes da Rocha, cerca de 10 a 15 unidades familiares ficaram sem a instalação na época devido a dificuldades de acesso reportadas pela empresa responsável, e solicitou uma reavaliação do programa para completar o projeto naquela localidade. Elielson Teixeira orientou Renato Gomes da Rocha sobre a importância de seguir os ritos formais de governança do comitê e do subcomitê para tratar pendências de projetos. É enfatizado que questões dessa natureza não devem ser resolvidas apenas por conversas informais, mas sim pautadas oficialmente através de ofícios ou inclusão na pauta das reuniões do subcomitê, permitindo que a diretoria e a secretaria executiva tomem as medidas necessárias e se compromete a verificar a situação das unidades restantes no quilombo, visto que a atuação atual do programa está concentrada em outra área. Foi reportado que o comitê está investindo na revisão dos planos municipais de saneamento e na criação de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para 11 municípios. Essa iniciativa visa melhorar a governança local, identificar grandes geradores de resíduos e alinhar as expectativas entre prefeituras, concessionárias e sociedade civil, tornando as discussões sobre investimentos mais claras e regionais. Frederico Ayres Pinheiro, representando o município de Nova Iguaçu, propôs expandir o projeto de saneamento para incluir o abastecimento de água, sugerindo a perfuração e legalização de poços. Frederico Ayres Pinheiro argumentou que, além do esgotamento sanitário, o comitê da Baía de Guanabara poderia assumir um papel de protagonismo no fornecimento de água, especialmente em áreas fora da concessão, e questionou a possibilidade de parcerias técnicas com o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) e a AGEVAP para viabilizar essa

execução. Elielson Teixeira sugeriu que Frederico formalize a proposta de abastecimento de água tratando o tema dentro do subcomitê, seja através da criação de um grupo de trabalho ou solicitando à coordenação do subcomitê que pautar o assunto para a câmara técnica, garantindo assim maior visibilidade e debate com todos os envolvidos. Reforçou o que projeto é pertinente e factível para áreas rurais fora da concessão, desde que os trâmites oficiais sejam seguidos para que o comitê possa avaliar e desenvolver um estudo sobre a viabilidade. Sem mais assuntos, a reunião encerrou às 10h25.

Encaminhamentos:

- 1.** Solicitar publicação Registro de reunião 27/01/2026;
- 2.** Solicitar que a Comunicação entre em contato com a UFRJ e organize a divulgação sobre Plano Municipal de Saneamento Básico de Maricá;
- 3.** Para a próxima reunião pautas: **3.1** Esclarecimentos sobre a extensão da adutora de água a partir de Inoã até São José do Imbassaí, num primeiro momento, e posteriormente até Parque Nanci e Itapeba (Águas do Rio).
3.2 Retorno do Subcomitê Maricá/Sanemar e AGEVAP sobre garantias de execução do Projeto de Esgotamento Sanitário de Maricá;

Mediador da reunião: Elielson Teixeira

Relator: Tânia Sousa